

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO REGIONAL**

TEXTO PARA DISCUSSÃO N° 164

GÊNESE E ESTRUTURA DA CIDADE MINERADORA

Roberto Luís de Melo Monte-Mór*

**CEDEPLAR/FACE/UFMG
BELO HORIZONTE
2001**

* Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional-UFMG

E-mail: montemor@cedeplar.ufmg.br

GÊNESE E ESTRUTURA DA CIDADE MINERADORA*

JEL: N00 ; R14

1. Introdução

A importância e a especificidade de Minas Gerais para a compreensão da gênese e desenvolvimento da formação sócio-espacial¹ brasileira não foram ainda devidamente incorporadas à historiografia brasileira. O argumento central aqui apresentado é de que tanto essa importância quanto sua especificidade se apoiam principalmente no desenvolvimento de uma *cultura urbana*² que floresceu nas cidades mineiras no século XVIII, marcada pela precocidade, intensidade e concentração, e que merece atenção especial por estarem na base da urbanidade e política brasileiras.

Na metade do século XVII, duzentos anos depois do início das lutas de espanhóis e portugueses para conquistar e efetivamente controlar o novo mundo, a onda mercantilista tinha tomado a economia da maioria dos países europeus forçando-os, de uma maneira ou de outra, a embarcar nos navios aventureiros das conquistas mundiais. As guerras marítimas tornaram-se assim extensivas e os países do norte da Europa, com suas economias mais livres e criativas e menos institucionalizadas, rapidamente iniciaram a conquista de terras e águas distantes, em um novo mundo mercantil globalmente integrado. Entretanto, não muito depois do início dos seiscentos quando a influência holandesa e inglesa já se faziam sentir no Oriente, a expulsão dos portugueses do Japão marcou a decadência daquela nação precoce que nos cento e cinqüenta anos anteriores havia sido o principal responsável pela ampliação dos caminhos marítimos e por novo encontro sistemático com o Oriente. À medida em que os conflitos marítimos luso-holandeses progrediam ao longo da primeira metade do século, Portugal perdia controle da maioria de suas antigas possessões na Ásia, forçado a buscar aliança e apoio na Inglaterra, pagando um alto preço nos séculos seguintes.

A aliança com a Inglaterra assegurada através do casamento de Catarina de Bragança com Charles II custaram a Portugal a entrega de Bombaim e Tanger como parte do dote real (Boxer, 1972), mas custaria muito mais nos séculos seguintes. Antes do fim do século XVII, os portugueses já tinham sido expulsos também da Índia, ficando apenas com Goa, algumas ilhas e pequenas possessões. Quando o ouro foi encontrado no Brasil em quantidades suficientes para

• Texto apresentado no Painel *Urbanização e Modernidade em Minas Gerais no Século XIX*. VIII Seminário sobre a Economia Mineira. Diamantina, 13 de maio de 1998.

•

¹ O conceito de formação sócio-espacial tem sido formulado e/ou enfatizado por geógrafos neo-marxistas que argumentam que “os processos sociais são espaciais e as formas espaciais contêm processos sociais” (Harvey, 1975). Santos (1982) ressalta que o conceito de modo de produção é por demais abstrato para a análise espacial e que o conceito de formação econômico-social é *necessariamente espacial*, enquanto Soja (1989) insiste na necessidade de se (re)inscrever o espaço na teoria social crítica.

² Não me refiro aqui a cultura urbana como o conceito eco-social desenvolvido na sociologia urbana americana na Chicago do início do século mas sim no sentido histórico da *cultura das cidades* tal como no livro homônimo de Lewis Mumford ou como discutido em Sjoberg (1965).

levar à criação de diversas povoações na área mineradora no interior da colônia, os ingleses fundavam no delta do rio Ganges, em Bengala, a cidade de Calcutá, nova capital de seu império na Índia, *a jóia da coroa*. (Spear, 1978)

Portugal, de sua parte, que tinha prestado relativa pouca atenção ao Brasil durante seu período de supremacia naval no oriente, foi obrigado a se voltar para o açúcar e o tabaco produzidos em sua maior colônia para pagar suas contas³. Nesse contexto, a descoberta de grandes quantidades de ouro e diamantes em Minas Gerais foi como um alívio, gerando um inesperado ciclo de riqueza para Portugal, garantindo sua sobrevivência como nação independente e evitando destino similar à Escócia ou Catalunha (Boxer, 1972: 90)⁴. O Brasil tinha se tornado *a jóia da coroa* do império português⁵.

O Brasil, entretanto, ao final do século XVII ainda se caracterizava como um extenso território de baixa ocupação populacional concentrada na sua extensa faixa litorânea. Poucos centros comandavam a extração de recursos naturais em amplas regiões e apenas um deles talvez pudesse merecer o título de cidade: Salvador, sede do governo geral da colônia. O restante das povoações e núcleos que poderiam compor o que se poderia querer chamar “rede urbana” eram aldeias, acampamentos, povoados, missões e, em casos especiais, *vilas*. O sistema colonial baseado no latifúndio auto-suficiente, o trabalho escravo e o monopólio comercial da Coroa Portuguesa impediam uma expansão e consolidação da base urbana. Assim, ainda que na segunda metade do século cidades como Belém, Recife/Olinda, e Rio de Janeiro tivessem ampliado seu papel comercial face à expansão do comércio marítimo e das grandes potências mercantis européias - Inglaterra, Holanda e França – a colônia ainda apresentava uma estrutura espacial desarticulada com fraca base urbana.

De fato, a cidade tal como a concebemos, é uma construção externa ao Brasil pré-Cabralino. As populações nativas do Brasil não produziam um excedente social regular capaz de gerar uma complexa divisão do trabalho para além dos limites de idade e sexo e na sua sociedade não emergiu uma classe dominante em controle de um excedente coletivo. As tribos indígenas brasileiras, semi-nômades, admitiam a propriedade em sua forma primeira, na qual o mais produto coletivo pertence à mais alta unidade, o centro das primeiras formas de propriedade⁶. Para os índios, esta *mais alta unidade* é a própria natureza, da qual fazem parte, tal como

³ Boxer ilustra dizendo que o Rei de França, François I, “...chamava D. Manuel I de ‘Le Roi Epicier’, o Rei dos Temperos. Cento e cinquenta anos mais tarde esta alcunha não mais se aplicava ao monarca português reinante e D. João IV, poderia talvez ter sido adequadamente alcunhado ‘o Rei do Açúcar’”. (1972: 70)

Nota: As traduções apresentadas, exceto aquelas especificadas em contrário, são responsabilidade do autor.

⁴ Vários autores ressaltam o caráter semi- ou quasi-colonial de Portugal em relação à Inglaterra, principalmente após o empobrecimento resultante do final do ciclo do ouro.

⁵ O próprio D.João IV se referia ao Brasil como sua *vaca de leite* (Boxer, 1972:70)

⁶ A primeira forma de propriedade é a propriedade tribal. Corresponde ao estágio não desenvolvido da produção, no qual um povo vive da caça e da pesca, da criação de animais ou, no seu estágio mais avançado, da agricultura. No último caso pressupõe uma grande massa de extensões de terras não cultivadas. A divisão do trabalho neste estágio é ainda muito elementar e confinada a uma maior extensão da divisão natural do trabalho existente na família.” (Karl Marx: 1978: 151)

expresso na íntima relação entre suas divindades e os fenômenos naturais. Em tal contexto de condições imediatas de sobrevivência (favoráveis) e de primitiva divisão sócio-espacial do trabalho, a cidade é necessariamente uma construção externa⁷.

Na maior parte das colônias européias na América, a cidade precedeu o campo. De certa forma, as colônias constituíam o *campo* para a *cidade capital* na Europa - conhecida como a Metrópole. A cidade colonial e suas primeiras representações proto-urbanas funcionavam como postos avançados para controle e extração da produção segundo os interesses da Metrópole. Neste sentido, várias das formas proto-urbanas presentes nos dois primeiros séculos da colônia - - como também as vilas e cidades do litoral -- constituíam variações da cidade política, controladas pela hierarquizada e concentrada burocracia portuguesa, sob o império econômico do capital mercantil inglês⁸.

Como esperado, as vilas e cidades coloniais no Brasil (e na Ibero-América como um todo) diferiam claramente das cidades do capitalismo mercantil na Europa. Enquanto aquelas foram o espaço privilegiado onde a cidadania foi (re)constituída tornando-se o locus da revolução burguesa, as formas urbanas nas colônias ibero-americanas foram expressões de um poder altamente centralizado representado e exercido pelo Estado monárquico absolutista. Entretanto, da mesma forma como a cidade capitalista embrionária expressou as contradições básicas do sistema feudal e absolutista na Europa, eventualmente destruindo-o por dentro para dar origem a um novo modo de produção e sua nova classe dominante, a cidade colonial se tornou o espaço social onde as contradições do sistema colonial apareceram mais claramente. À medida que o mais produto social extraído no *campo* da colônia ganhou importância, também o ganharam as vilas e cidades, fortalecendo-se e acentuando as contradições do sistema. Os conflitos para controlar os espaços de poder que as cidades coloniais representavam envolveram o Estado colonial, a Igreja, o capital comercial, e outros interesses locais e regionais da colônia que incluíam demandas e pressões colocadas pelos grupos sociais mais explorados, tais como os trabalhadores urbanos, índios, mestiços e escravos negros. Em lugar algum da colônia tais conflitos entre as formas urbanas nascentes e o sistema colonial foram tão expressivos como nas cidades mineradoras, mais particularmente, as cidades mineiras do século XVIII.

2. A cidade da mineração: urbanidade precoce em Minas Gerais

O ciclo do ouro do Brasil permitiu a Portugal manter por todo o século dezoito o que lhe restava do seu império, pagando as pequenas guerras que o garantiam (inclusive no Brasil) e pagando pela continuidade das importações de grãos e produtos manufaturados. A Inglaterra, já alçada há

⁷ Achados arqueológicos recentes e estudos etnohistóricos sugerem, todavia, que organizações sócio-espaciais mais complexas ocorreram na Amazônia no período pré-Colombiano até os 1600, quando o europeu invadiu e conquistou a região. Ver Moran (1993), Roosevelt (1987), entre outros.

⁸ Francisco de Oliveira (1982) ressalta o caráter mercantil da cidade colonial brasileira, questionando a hegemonia do burocrático e Maxwell (1978) e Boxer (1972) ressaltam o caráter quasi-colonial de Portugal face à Inglaterra depois do tratado cromwelliano de 1654, e de Methuen, em 1703.

mais de século à condição de parceira privilegiada, conduziu sua política externa e mercantil com tal habilidade e sagacidade que pode financiar sua industrialização e suas aventuras imperialistas no oriente com os recursos que conseguiu direta ou indireta, legal ou ilegalmente, também retirar das colônias portuguesas, em especial, do Brasil.

No início do século XIX, quando a corte portuguesa fugiu para o Brasil sob a tutela inglesa, a colônia atingiu seu apogeu como sede do Reino Unido. Centro de um império terminal, logo tornou-se império em si mesma. Nessa época, o ouro e os diamantes já tinham se esgotado ou perdido imensamente seu valor comercial, e a economia regional integrada que marcou o período das minas havia se transformado internamente à própria região complementar das minas, deixando como herança a concentração demográfica e econômica macro-regional ainda hoje presente nos três estados - Minas, Rio e São Paulo, que marcaram a emergência da nação que pretendeu nascer moderna.

Assim, as cidades mineiras não apenas foram responsáveis por uma economia e cultura urbanas expressivas e contemporâneas do nascimento da modernidade burguesa europeia, mas respondem também pela primeira integração macro-regional no território brasileiro. A surpreendente migração para região mineradora, apesar da baixa densidade de ocupação do território e das dificuldades de transporte em área tão inóspita, nas montanhas, na mata atlântica ou nos áridos sertões, foi responsável pela efetiva ocupação da área interior da colônia⁹. Mesmo frágil, a rede de lugares centrais de apoio à produção extractiva mineral (e à agropecuária) que se desenvolveu nas minas e em sua macro-região de influência a partir do século XVIII, teve impactos diretos em São Paulo e no Rio de Janeiro e estendeu-se do Rio Grande do Sul ao Piauí, além de desdobrar-se para oeste sobre o Planalto Central e seu derramamento para a Amazônia, significando um salto qualitativo e quantitativo na ocupação do território brasileiro.

De fato, a riqueza mineral concentrada principalmente em Minas Gerais integrou a colônia diretamente, por algumas décadas, ao centro motor da economia mercantilista mundial, permitindo interações políticas e culturais inimagináveis em colônia até então tão abandonada. E surpreendentemente, a periferia da periferia, o interior da colônia atrasada, em pouco mais de meio século produziu uma base cultural e artística de forte expressão autóctone, eventualmente dando origem a um movimento político atual e contemporâneo das grandes transformações burguesas na Europa e América do Norte.

Entretanto, a urbanização mineira, diferentemente do resto do país, se deu a partir de um espaço de produção “industrial”, onde o locus da produção e do poder quase se confundem. A natureza exclusivamente extractiva da economia urbana mineradora implica, de um lado, no surgimento de núcleos marcados pela concentração e centralização das atividades de produção,

⁹ Caio Prado Jr. fala de um “rush de proporções gigantescas”, relativamente mais acentuado e violento que o famoso rush californiano cem anos depois: “...em alguns decênios povoa-se um território imenso até então desabitado (sic), e cuja área global não é inferior a 2 milhões de km2.” (Prado Jr., 1985: 64). Furtado estima uma imigração europeia (em especial, portuguesa) para a área mineradora de 300 mil a 500 mil pessoas, e um crescimento da população brasileira de 300.000 para 3.250.000 durante o século XVIII. (1971:74)

reprodução/consumo, circulação/distribuição e gestão num mesmo espaço (urbano), acelerando assim a formação de uma cultura (urbana) onde a concentração do excedente coletivo, a base de organização social comunitária, a ordem legal e o poder constituídos e o locus da festa se encontram no espaço/obra coletiva. De outro lado, implica no fortalecimento de uma região complementar, tão vasta quanto a intensidade da economia urbana que a gerou, oriunda do aprofundamento da divisão sócio-espacial do trabalho implícita ao necessário abastecimento daquela forte e setorizada economia. A grande demanda por mão de obra nas minas e a inviabilidade econômica (e cultural, dado o apelo das “febre mineradoras” de se retirar tempo/trabalho da produção mineral para a produção alimentar e de serviços, face à enorme rentabilidade (potencial, pelo menos) da atividade mineradora, gerou os mercados (urbanos) até então inexistentes nas regiões de economia de subsistência e/ou nas fazendas e engenhos escravagistas¹⁰. O resultado é o fortalecimento sem par na colônia de uma rede urbana, tanto diretamente ligada à produção mineral quanto indiretamente, produzindo alimentos, serviços de transporte, etc.

De fato, historicamente a economia mineradora gerou uma outra cidade expressivamente diferente da tradicional cidade política que mais amplamente conhecemos como sede de controle de uma espaço de produção externo, rural e regional., não apenas na história brasileira, mas na própria origem e desenvolvimento da cidade no mundo. A cidade nascida da atividade mineradora questiona na base a compreensão amplamente difundida e aceita de que as cidades necessariamente surgiram dos avanços tecnológicos no campo -- na agricultura -- dando origem ao excedente (alimentar) coletivo que permitiu liberar uma parcela da população das atividades imediatamente ligadas à reprodução, transformada assim em classe dominante em controle do mais-produto coletivo. É no confronto dessas duas formas de se perceber a cidade que melhor se pode compreender a especificidade da cidade colonial mineira e seu impacto na urbanização e formação do espaço social brasileiro.

3. A outra cidade: urbanidade no *locus* da produção

A cidade tem sido, ao longo dos séculos, o locus privilegiado das civilizações. Com raízes etimológicas comuns, cidade e civilização se irmanam na idéia de uma sociedade constituída a partir de uma cooperação e divisão social e técnica do trabalho, expressas em uma organização sócio-espacial que lhe conferem características particulares principais. A cidade expressa então, mais do que uma simples organização geral gestada pelo modo de produção, as especificidades próprias da produção do espaço social de determinada formação econômico-social. Assim, sociedades escravagistas diferenciadas gestaram formações sócio-espaciais distintas face às características naturais e sócio-culturais em que se desenvolveram.

¹⁰ Situações semelhantes são encontradas na fronteira amazônica, em manifestações variadas que incluem o abandono das atividades agrícolas em áreas de colonização face à explosão do garimpo e/ou o fortalecimento das atividades agropecuárias em áreas rurais contíguas ou núcleos urbanos de apoio à atividade mineradora.

Historicamente, a cidade tem sido entendida como um estágio posterior ao desenvolvimento agrícola, possível apenas a partir da Revolução Neolítica¹¹ que tornou possível a existência de um excedente alimentar regular. Este excedente, resultante de uma maior complexidade da divisão do trabalho no interior de uma comunidade nucleada em uma aglomeração rural, uma aldeia, permitiu a uma parcela da população desvincilar-se das atividades ligadas à provisão de alimentos, passando assim a controlá-lo¹². Emerge assim uma classe dominante e a cidade surge como uma necessidade de distinção espacial, como o *locus* daquele excedente coletivo, definindo um espaço que se constitui por sua vez no *locus* do poder naquela comunidade. Na cidade antiga das sociedades teocráticas, a cidade é também, e prioritariamente, o *locus* da festa, da expressão cultural e religiosa, manifesta no templo, no palácio, no adro, na praça, a um só tempo expressão do excedente, do poder e da festa.

O caráter religioso e transcendental da cidade é acentuado por vários historiadores. Mumford afirma que “*a cidade dos mortos antecede à cidade dos vivos*” (1961: 15), referindo-se aos cemitérios e templos que marcam solos sagrados e referenciais religiosos de comunidades proto-urbanas. E de fato, comunidades semi-nômades pré-urbanas também têm seus *campos santos*, suas *cidades dos mortos*, a exemplo das populações indígenas pré-urbanas da América do Norte e do Sul. Entretanto, pode-se questionar se tais espaços seriam cidades. Gideon Sjoberg define três pré-requisitos para a emergência de cidades: “1) uma base ‘favorável’, 2) uma tecnologia avançada (em relação às formas pre-urbanas) em ambas as esferas agrícola e não-agrícola, e 3) uma organização social complexa -- acima de tudo, uma estrutura de poder bem-desenvolvida.” (Sjoberg, 1965:27)

A cidade surge então como um espaço de distinção e inovação social (e tecnológica) que se impõe econômica, política e culturalmente ao conjunto da sociedade em que se insere. Para Marx (1978) a separação entre cidade e campo está na base da divisão entre trabalho material e mental, e se estende da transição da barbárie à civilização, até hoje. Tomada nesse sentido, a cidade é externa à produção propriamente dita, e o campo necessariamente precede a cidade assim como a agricultura precede à indústria (tomada em caráter amplo). Em outras palavras, é a produção de um excedente agrícola que permite a constituição da particular concentração espacial de uma classe dominante que controla o excedente coletivo, usado para o autoconsumo da comunidade e/ou troca com outras comunidades. A existência da cidade é então garantida por sua diferenciação e afastamento relativo do espaço da produção, constituída assim como o locus

¹¹ “O termo Neolítico significa ‘nova pedra’ ...Resumindo, refere-se a nada mais e nada menos do que a invenção da agricultura, e por esta razão o termo ‘revolução’ de forma alguma é muito forte. Entre as consequências importantes daquela transformação, a mais importante é o aumento expressivo da produção de alimentos por unidade de terra. Este aumento da produção por sua vez tornou possível, de um lado, um excedente alimentar intercambiável e, por outro lado, uma crescente densidade de população. E tudo isto acabou por implicar em vida sedentária: a adoção da agricultura continha em si o abandono do nomadismo.” (Bairoch, 1991: 4)

¹² Mumford (1961) insiste no caráter feminino da aldeia vis-a-vis ao caráter masculino da cidade, e mostra como os símbolos masculinos da caça para provisão alimentar no período Paleolítico se transformaram em símbolos do poder no Neolítico: a lança em cajado, a clava em cetro, mudando o papel do homem de provedor a protetor e, eventualmente, de protetor a rei.

do controle político - a *cidade política*. Henri Lefèvre, que trabalhou extensivamente as relações campo-cidade no capitalismo contemporâneo, argumenta que a *cidade política* eventualmente se transforma em *cidade comercial* na medida em que a produção se volta para o mercado e demanda sua realização no interior da própria cidade. (Lefèvre, 1968, 1970, 1972). Quando a economia de mercado se impõe, há uma transformação desse espaço de controle político-ideológico sobre a produção que lhe é externa, significando uma segunda subordinação do campo à cidade. Urbanisticamente, a transição da cidade política para a cidade comercial (ou mercantil) é acompanhada da transição da centralidade dos espaços político-ideológicos (templos, palácios) para o espaço do comércio, mais marcadamente, para a praça do mercado¹³.

O momento crítico, para Lefèvre, é no entanto a emergência da *cidade industrial*, esta já confundida ou contígua ao locus da produção mesma. Na cidade industrial, a lógica da produção e do valor se impõem sobre a lógica da reprodução e do valor de uso, e a cidade se transforma de *obra* em *produto*. Assim se completaria a dominação da cidade sobre o campo, eventualmente dando origem ao *urbano*, tecido sócio-espacial que, tendo origem na cidade, se estende sobre o rural e redefine a velha dicotomia cidade/campo (Lefèvre, 1968, 1972). Neste sentido, apenas a cidade industrial poderia organizar uma ampla região complementar subordinando o campo, não apenas politicamente e na realização da produção, mas também ao nível da produção mesma, potencializando a manufatura e aumentando enormemente a produtividade da sociedade como um todo.

As condições gerais de produção industrial concentradas na cidade (e/ou no tecido urbano) marcam então o coroamento do processo de integração cidade/economia e as cidades do poder (política) e do consumo (mercantil) se transformam na cidade da produção (industrial) que se estende pelo espaço micro e macro-regional buscando, através do tecido urbano, ampliar tais condições. Nesse sentido, a cidade industrial capitalista contemporânea seria necessariamente resultante de uma interação campo-cidade onde progressivamente o excedente gerado no campo é paulatinamente transferido para a cidade até que se complete sua total dominação e superação.

Na discussão da evolução urbana e/ou da história cultural das cidades, todavia, a emergência da cidade da mineração, a cidade da atividade industrial primeira, subordinada à produção por excelência, tem sido historicamente minimizada. A cidade mineradora característica do nosso período moderno na história ocidental é a *coketown* inglesa, a cidade da mineração do carvão (presente em outros países europeus) no início da revolução industrial¹⁴. Das cidades mais antigas, pouco tem sido dito quanto à atividade mineradora industrial dominante. A idéia de que a cidade é na essência a resultante de um excedente agrícola regular gerador de uma divisão do trabalho interna a dada comunidade rural dominou tão completamente o pensamento histórico urbano que poucos são os relatos centrados na cidade da mineração. A cidade é assim vista

¹³ Mumford, discutindo a “expansão comercial e a dissolução urbana”, descreve em cores vívidas a reestruturação das cidades comerciais européias, enfatizando a nova centralidade do mercado no ítem “Da praça de mercado à economia de mercado” (1961: 468-72)

¹⁴ Mumford (1961) descreve com primor o espaço social e cultural da *coketown*.

como uma decorrência da evolução no campo e, como tal, um segundo estágio da organização sócio-espacial.

A dissidência mais interessante dessa visão dominante das origens da cidade vem de Jacobs (1969) que, baseada em descobertas arqueológicas recentes, construiu uma hipótese teórica na qual a equação se inverte e a cidade produz o campo. O binômio cidade/campo (ou poderíamos pensar, urbano/regional) aparece na sua hipótese como um sistema complexo de áreas de produção e distribuição que se inicia a partir da extração e manufatura de objetos de *obsidiana*, um mineral escuro e vítreo de origem vulcânica encontrado em Çatal Huyuk, uma cidade datada de aproximadamente 7.000 A.C. que teve suas ruínas descobertas em Anatolia (Turquia) pelo arqueólogo britânico James Mellaart e foi usada por Jacobs para construir sua cidade imaginária de *Nova Obsidiana*.

Nova Obsidiana seria uma cidade localizada a poucas milhas das minas de obsidiana e sua população, a exemplo de Çatal Huyuk, seria formada por caçadores e coletores que desenvolveram técnicas para utilização da obsidiana no artesanato (a princípio, instrumentos cortantes de trabalho e, posteriormente, objetos mais complexos). A população e a economia da cidade teriam se desenvolvido a partir da articulação entre os que extraem a obsidiana e as populações vizinhas que a demandam, vendendo o metal mas, principalmente, os serviços para sua obtenção e os objetos produzidos, de alto valor para caçadores e viajantes. O campo que teria se formado a partir de Nova Obsidiana seria resultante do próprio emprego dos meios de pagamento recebidos (animais, sementes, couros, entre outros) no espaço contíguo à cidade, combinando-se as atividades tradicionais com as novas que emergem da relação do centro urbano com sua região complementar em formação. Na hipótese de Jacobs, a divisão do trabalho se aprofunda rápida e intensamente, facilitada pelos termos de troca e levando a uma crescente criatividade e diversidade na utilização das matérias primas disponíveis. O desenvolvimento urbano-regional teria se tornado possível pela própria natureza da vida urbana, cooperativa e competitiva a um só tempo, intensa nas interações e no aprendizado e difusão de novas formas sociais e tecnológicas.

Muitas são as críticas e referências à ousadia de Jacobs. Sua defesa implica a discussão da natureza diversa e particular da emergência das cidades contestando visões deterministas difundidas, sejam tecnológicas ou econômicas (Bookchin, 1987). Muitos são os que por sua vez, como Bairoch (1991), rejeitam a hipótese de Jacobs insistindo na necessidade da existência de uma agricultura desenvolvida “em algum lugar” para permitir a sustentabilidade de Nova Obsidiana/Çatal Huyuk.

O mérito de Jacobs, invertendo a lógica dominante e questionando a visão da cidade como necessariamente resulta de transformações sociais e tecnológicas ocorridas no campo a partir da domesticação de plantas e animais, está em explicar a possível emergência de uma economia urbana forte, centrada na exploração mineral e na oferta de serviços e bens manufaturados, como a origem da organização espacial complexa não apenas da própria cidade mas também do campo e do espaço regional mais amplo. Ao fazer isto, abre espaço para se pensar a organização

urbano-regional a partir do próprio locus da produção, tendo o comércio e a atividade de transformação - o artesanato - como base econômica, sem todavia descuidar dos aspectos sócio-culturais presentes na centralidade urbana. Além de desenvolver a hipótese de forma quase lúdica, explorando o comércio religioso e a diversificação do consumo a partir da obsidiana (talismãs, saquinhos de couro para transporte, etc.) Jacobs traz sua hipótese para as sociedades contemporâneas mostrando como a economia urbana pode se constituir desde suas origens no verdadeiro motor da organização sócio-espacial, organizando o campo e a região e, a partir daí, as economias nacionais e a própria economia mundial, fato que hoje poucos contestariam¹⁵.

O que parece importante reter do exercício criativo de Jacobs é a idéia de que a cidade pode também ser vista, desde suas origens, como um centro de produção e troca que gera e reorganiza o próprio campo. Tal integração econômica eventualmente pode levar à organização de uma região econômica independente, e desta perspectiva, a transformação da cidade política em cidade comercial, e finalmente em cidade industrial, não necessariamente implica uma diacronia ou evolução historicista, como muitos autores tendem a aceitar. Ao contrário, a cidade gerada a partir da indústria mineradora é também uma cidade comercial, dada a divisão do trabalho que cria local e regionalmente, tendendo a se constituir em uma cidade política também com rapidez se este for o contexto em que se insere. Por outro lado, dadas as circunstâncias específicas da distribuição dos recursos naturais, pode se desenvolver sem avanços tecnológicos (prévios ou não) na agricultura. Estes, pelo contrário, podem e tendem a ser resultantes da própria concentração urbana a qual provoca um crescimento da demanda dado o alto valor de troca de sua base econômica extractiva e o consequente aumento relativo nas rendas e mercados nos espaços sociais e econômicos que constitui.

Os pressupostos mesmo da hipótese de Jacobs implicam a formação de uma comunidade na qual a divisão do trabalho é intrínseca à sua inserção no contexto micro e macro regional. De fato, uma comunidade de base urbana industrial pressupõe a interdependência uma vez que por definição produz bens que devem ser trocados por outros bens produzidos em outras comunidades. Isto implica uma economia aberta, apesar de também necessariamente manter algum nível de auto-suficiência na produção de alimentos¹⁶. Nesse caso, na cidade se confundem desde o início os *loci* do poder e da política, do consumo (coletivo) e da reprodução, da manifestação cultural civilizatória, da realização da produção através da troca, mas também da produção industrial.

Assim, dois elementos principais na organização do espaço urbano-regional podem ser daí derivados. Em primeiro lugar, a natureza e amplitude da organização regional dependerá do dinamismo da economia urbana central e de seus impactos sobre o espaço no qual se insere. No caso de Minas Gerais, a força da inserção da economia do ouro e dos diamantes no centro do metalismo mundial determinou uma intensidade à economia local que lhe conferiu o papel de

¹⁵ Jacobs retoma o tema das relações cidade/região no livro *Cities and the Wealth of Nations*, de 1985.

¹⁶ No caso de Nova Obsidiana/Çatal Huyuk, são a caça e a coleta que garantem a liberação de parte da população do fardo de “produzir” o alimento diário, eventualmente complementado pela importação de alimentos e ampliação das fontes através da incorporação de animais, grãos, e da tecnologia para tratá-los.

primeira tentativa de integração do espaço nacional. A corrida do ouro durou menos de um século mas a economia urbano-industrial ali gerada reorganizou o espaço colonial de maneira tão forte que seus impactos são até hoje sentidos.

Minas Gerais logo se tornou uma capitania em si mesma, separada de São Paulo e Rio, provocando uma migração externa e interna jamais vista que lhe conferiu a posição de capitania mais populosa do país até 1940, quando a industrialização substitutiva de importações ganhou força em São Paulo. De outra parte, ao forçar a mudança da capital colonial de Salvador para o Rio de Janeiro, o ciclo do ouro criou as bases para a concentração espacial que ainda hoje marca o triângulo desenvolvimentista Rio/São Paulo/Minas. Além disto, ao estender o espaço econômico da colônia até o Rio Grande do Sul, ao Planalto Central e às áreas interioranas da pecuária nordestina (até o Piauí), de fato promoveu a primeira rodada de integração do espaço nacional.

Em segundo lugar, a urbanidade que caracteriza a cidade industrial, espaço que encerra a produção, a distribuição e a reprodução se constituiu, desde meados dos setecentos como elemento integrante central da realidade urbana mineira. As cidades da mineração apresentavam uma população livre expressiva (em alguns momentos, superior à população escrava, caso raro no país), uma classe média urbana desenvolvida com o comércio e o artesanato que coloca novas exigências culturais, amplia e diversifica as funções urbanas centrais e aprofunda, local e regionalmente a divisão sócio-espacial do trabalho e produz um sistema urbano jamais visto na colônia.

De fato, pela primeira vez se constituem mercados urbanos expressivos e sofisticados, função do montante e da distribuição mais equitativa da renda proveniente da atividade extractiva de grande lucratividade. Apesar do caráter predatório da economia colonial, o (des)controle da ouro e mesmo sua taxação acabam por permitir relativa permanência de riquezas em mãos individuais e coletivas locais, particularmente nas organizações religiosas laicas (Ordens Terceiras) que tomam a si funções públicas urbanas da Igreja e/ou do Estado. Uma economia urbano-regional tão dinâmica geraria também, talvez necessariamente, uma cultura local exuberante, expressa nas artes plásticas, na arquitetura religiosa, pública e civil, na música, nos movimentos literários, na imprensa e, como seria esperado, na organização política que resultaria em uma tentativa de revolução republicana, manifestação primeira da independência e modernidade no país.

O argumento e as questões acima levantadas sugerem uma ligação íntima entre desenvolvimento econômico, controle tecnológico e padrões culturais de organização sócio-espacial e política. A “cidade-mãe”, que dá origem ao campo fortalecendo velhas povoações de caçadores e gerando novas áreas agropecuárias pode levar também à destruição de cidades e aldeias concorrentes, bem como ao abandono de nucleações que perderam sua função na nova ordem urbano-regional.

A produção de um espaço regional derivado de atividades mineradoras dinâmicas tem paralelos em vários exemplos em Minas Gerais e aponta no sentido de amplas pesquisas que não poderão ser cobertas aqui e agora. Por outro lado, a cidade que se desenvolve com base nos recursos minerais localmente definidos é uma comunidade de base industrial, necessariamente integrada em

um sistema regional maior, diferentemente da comunidade agrícola de tendência autárquica gravitando em torno de um lugar central de bens e serviços. A própria natureza da ocorrência mineral tende a induzir vários níveis de aglomeração espacial, dando origem a graus particulares de formas de cooperação e acesso aos recursos disponíveis. O controle sobre esses recursos escassos promove uma divisão do trabalho para muito além daquela encontrada em organizações sócio-espaciais de base agropecuária. O campo assim produzido é também o resultado da especialização da produção no espaço urbano ele mesmo, bem como determinado pela dinâmica geo-histórica específica da região onde se insere.

Em outras palavras, em regiões mineradoras as atividades de agricultura e pecuária são geradas como complementares à base econômica urbana, com níveis mais complexos de integração vertical e horizontal e mais aprofundada divisão sócio-espacial do trabalho. Em Nova Obsidiana, é o valor de uso da própria obsidiana que de fato produz a dinâmica econômica central da região, mais ou menos ampla, da qual a cidade é o organizador e mediador. Nas cidades mineradoras de Minas Gerais, o ouro e o diamante que cumpriram este papel, com desdobramentos semelhantes. É o que discutiremos a seguir.

Bibliografia

- BAIROCH, Paul. *Cities and Economic Development: from the dawn of history to the present*. Chicago: University of Chicago Press, 1991.
- BENEVOLO, Leonardo. *The History of the City*. Cambridge: MIT Press, 1980.
- BOOKCHIN, Murray. *The Rise or Urbanization and the Decline of Citizenship*. San Francisco, Sierra Club Books, 1987.
- BOXER, C.R. *The Golden Age of Brazil: 1695-1750*. Berkeley: Los Angeles: University of California Press, 1969.
- . *Four Centuries of Portuguese Expansion: 1415-1825*. Berkeley: Los Angeles: University of California Press: Johannesburg: Witwatersrand University Press, 1972.
- BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio, (dir.). *História Geral da Civilização Brasileira: A Época Colonial*. Rio de Janeiro: São Paulo: Difel, 1977 (Tomo I, volume 2, Administração, Economia, Sociedade). (4a. edição).
- COSTA, Lúcio. Documentação Necessária. In: SILVA TELLES, A.C. et al. *Arquitetura Civil II*. São Paulo: FAUUSP: Brasília: MEC-IPHAN, 1975, p.89-98. (Textos Escolhidos da Revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2).
- D'AURIA, Carla A. et al. *Evolução Urbana de Ouro Preto- Inventário Nacional de Bens Imóveis*. s.d., s.n. (Relatório Final).
- DORNAS FILHO, João. Tropas e Tropeiros. In: PRIMEIRO SEMINÁRIO DE ESTUDOS MINEIROS. Belo Horizonte: UFMG, 1957, p.89-128. (I Seminário de Estudos Mineiros, Belo Horizonte, 3-12 abril de 1956)
- FERNANDES, Simone M.S. *Inventário dos Mortos do Arraial do Tijuco: estudo comparativo das relações de bens com a visão dos viajantes estrangeiros no primeiro*

- quartel do século XIX.* Ouro Preto: IFAC/UFOP, 1997. (Monografia do VII Curso de Pós-graduação Latu Sensu em Cultura e Arte Barroca).
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Plano de Conservação, Valorização e Desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana.* (Relatório Síntese). Belo Horizonte: FJP, 1975.
- FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil.* São Paulo, Editora Nacional, 1971.
- FURTADO DE MENEZES, Joaquim. *Igrejas e Irmandades de Ouro Preto.* Belo Horizonte: IEPHA-MG, 1975.
- GEIGER, P.P. *Evolução da Rêde Urbana Brasileira.* RJ: MEC/INEP, 1963.
- JACOBS, Jane. *The Economy of Cities.* New York: 1969.
- LEFÈBRE, Henri. *Le droit à la ville.* Paris: Anthropos, 1968.
- . *Du rural à l'urbain.* Paris: Anthropos, 1970.
- . *La Revolución Urbana.* Madrid: Alianza, 1972.
- MACHADO, Lourival Gomes. O Barroco em Minas Gerais. In: PRIMEIRO SEMINÁRIO DE ESTUDOS MINEIROS. Belo Horizonte: UFMG, 1957, p.45-57 (I Seminário de Estudos Mineiros, Belo Horizonte, 3-12 abril de 1956)
- MARX, Karl. The German Ideology. In: TUCKER, R.C. (ed.) *The Marx-Engels Reader.* New York: London: W.W.Norton, 1978.
- MARX, Murillo. *Cidade Brasileira.* São Paulo: Melhoramentos: EDUSP, 1980.
- . *Cidade no Brasi, Terra de Quem?* São Paulo: Nobel: EDUSP, 1991.
- . Arraialis Mineiros: Relendo Sylvio de Vasconcellos. *Barroco*, 15: 389-393. Belo Horizonte, 1990-1992.
- MAXWELL, Kenneth. *A Devassa da Devassa. A Inconfidência Mineira: Brasil e Portugal, 1750-1808.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- MELLO, Suzy de. *Barroco Mineiro.* São Paulo: Brasiliense, 1985.
- MORAN, Emilio F. *Through Amazonian Eyes: The Human Ecology of amazonian Populations.* Iowa City: University of Iowa Press, 1993.
- MORSE, Richard M. Brazil's Urban Development: Colony and Empire. *Journal of Urban History*, 1(1): 39-72. Sage, Nov.1974.
- MORRIS, Anthony .E.J. *History of the Urban From: Before the Industrial Revolutions.* New York: John Wiley & Sons, 1986.
- MUMFORD, Lewis. *The City in History.* London: Penguin Books: Martin Secker & Warburg, 1961.
- NICOLAEFF, Alex. Igrejas Rococó em Minas e na Baviera. *Barroco*, 15: 395-400. Belo Horizonte, 1990-1992.
- OLIVEIRA, Francisco de. O Estado e o Urbano. *Espaço e Debates.* São Paulo, 1982.
- PRADO JR., Caio. *História Econômica do Brasil.* São Paulo: Brasiliense, 1985.
- REIS FILHO, Nestor G. Notas sobre o Urbanismo Barroco no Brasil. *Barroco*, 15: 229-236. Belo Horizonte, 1990-1992.
- . *Evolução Urbana do Brasil.* São Paulo: Ed. Pioneira, 1968.
- SILVA TELLES, Augusto C. da. Vassouras - Estudo da Construção Residencial Urbana. In: SILVA TELLES, A.C.. et al. *Arquitetura Civil II.* São Paulo: FAUUSP: Brasília: MEC-IPHAN, 1975, p115-246. (Textos Escolhidos da Revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2).

- SJOBERG, Gideon. *The Preindustrial City: Past and Present*. New York: The Free Press: London: Collier-Macmillan, 1965.
- SPEAR, Percival. *A History of India*. (volume 2). New Delhi: Penguin Books India, 1978.
- VASCONCELOS, Diogo de. *História Antiga das Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.
- VASCONCELLOS, Sylvio de. *Arquitetura, Dois Estudos*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1960. (Cadernos do Rio Grande).
- . Formação Urbana do Arraial do Tejuco. In: SILVA TELLES, A.C.S. et al. *Arquitetura Civil II*. São Paulo: FAUUSP: Brasília: MEC-IPHAN, 1975, p. 99-114. (Textos Escolhidos da Revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2).
- . *Arquitetura no Brasil: pintura e outros temas*. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura da UFMG, 1959.
- . *Arquitetura Particular em Vila Rica*. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura da Universidade de Minas Gerais, 1951. (Tese de cátedra, Arquitetura no Brasil).
- . A Arquitetura Colonial Mineira. In: PRIMEIRO SEMINÁRIO DE ESTUDOS MINEIROS. Belo Horizonte: UFMG, 1957, p.59-78. (I Seminário de Estudos Mineiros, Belo Horizonte, 3-12 abril de 1956)
- . *Vila Rica. Formação e desenvolvimento - Residências*. São Paulo: Perspectiva, 1977.